



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

www.quata.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/quata

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 1 de 29

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Decretos	2
Licitações e Contratos	26
Aviso de Licitação	26
Suspensão	26
Ratificação	26
Extrato	26

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Quatá, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Quatá poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.quata.sp.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/quata

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Quatá

CNPJ 44.547.313/0001-30

Rua General Marcondes Salgado, 332

Telefone: (18) 3366-9500

Site: www.quata.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/quata

Câmara Municipal de Quatá

CNPJ 49.126.097/0001-72

Rua General Marcondes Salgado, 324

Telefone: (18) 3366-1208

Site: www.camaraquata.sp.gov.br

Instituto Municipal de Previdência Social de Quatá

CNPJ 04.932.821/0001-17



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Quatá garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.quata.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/quata



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 2 de 29

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

DECRETO Nº 4.798 DE 27 DE JUNHO DE 2023

“Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos, no Município de Quatá/SP e dá outras providências”

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO, Prefeito Municipal de Quatá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO que, em 01 de abril de 2021, entrou em vigor a Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações);

CONSIDERANDO que a referida Lei estabeleceu, em seu artigo 193, a revogação imediata dos arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da íntegra da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos arts. 10 a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial daquela Lei;

CONSIDERANDO que a mencionada Lei prevê que várias questões poderão ser disciplinadas por regulamento, bem como que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução daquela Lei e que há a necessidade de aplicação daquela norma legal no âmbito deste Município.

CONSIDERANDO finalmente que foi editada a Lei Complementar nº 198, de 28 de junho de 2023, que prorrogou o prazo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, com previsão final de adequação para a data de 30 de dezembro de 2023;

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 10 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Quatá.

Art. 2º. O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos e as entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Quatá.

Art. 3º Na aplicação deste Decreto, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 3 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro).

CAPÍTULO II DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 4º. Ao Agente de Contratação ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do Processo Licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

- I - conduzir a sessão pública;
- II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso, verificar e julgar as condições de habilitação;
- V - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VI - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII - indicar o vencedor do certame;
- VIII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e,
- X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º - A Comissão de Contratação necessariamente conduzirá o diálogo competitivo e poderá ser constituída nos casos que envolvam a contratação de bens ou serviços especiais, cabendo-lhes, as atribuições indicadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 4 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 2º - Competirá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º - Agente de Contratação e os membros da Comissão de Contratação para condução de diálogo competitivo deverão ser nomeados obrigatoriamente entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública Municipal.

§ 4º - Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho de suas funções.

§ 5º - O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação terão o auxílio permanente de Equipe de Apoio formada por, no mínimo, 3 (três) membros, dentre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública Municipal.

§ 6º - Em licitação na modalidade Pregão, o Agente de Contratação, responsável pela condução do certame, será designado Pregoeiro.

§ 7º - Além do disposto no § 5º deste artigo, os agentes públicos designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei Federal nº 14.133, de 10 de abril de 2021, deverão ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação ou qualificação compatível, assim como não poderão ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, observando-se o princípio da segregação de funções.

Art. 5º. Na designação formal de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

I - preferencialmente servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública Municipal, com observância do previsto no § 7º do artigo anterior;

II - designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;

III - segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação; e,



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 5 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

IV - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

Parágrafo único. O Fiscal ou Gestor de Contratos, no exercício de suas funções, observará o seguinte:

I - promover em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

III - poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

CAPÍTULO III DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Art. 6º - O Município deverá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas Leis orçamentárias.

§ 1º - O Plano de Contratações Anual do Município deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico oficial.

§ 2º - Para elaboração do Plano de contratações anual, observar-se-á como parâmetro normativo disposto no Decreto Federal nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, no que couber.

CAPÍTULO IV DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Art. 7º. Em âmbito municipal é obrigatória a elaboração de Estudo Técnico Preliminar em qualquer contratação, ressalvado o disposto no art. 8º, o qual deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como contemplar as seguintes informações:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 6 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas a manutenção e a assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente a celebração do contrato, inclusive quanto a capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 1º - O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do *caput* deste artigo e, quando não



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 7 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

contemplar os demais elementos, a autoridade competente deverá apresentar as devidas justificativas para sua ausência.

§ 2º - Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.

§ 3º - O Estudo Técnico Preliminar deverá ser elaborado pelo órgão ou entidade demandante, podendo ser auxiliado por outros órgãos ou entidades da Administração Pública com expertise relativa ao objeto que se pretende contratar.

Art. 8º. Em âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional no caso de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, caso em que a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em Termo de Referência ou em Projeto Básico, dispensada a elaboração de projetos.

CAPÍTULO V

DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

Art. 9º. O Município elaborará catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo único. Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o *caput*, será adotado, nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, os Catálogos CATMAT e CATSER, do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, do Governo Federal, os Catálogos da Bolsa Eletrônica de Compras/SP, do Governo do Estado ou o que vier a substituí-los.

Art. 10. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades as quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º - Na especificação de itens de consumo, a Administração buscará a escolha do produto que, atendendo de forma satisfatória à demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

§ 2º - Considera-se bem de consumo de luxo aqueles contidos no Decreto Federal nº 10.818/2021, no que couber.

CAPÍTULO VI

DA PESQUISA DE PREÇOS



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 8 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

Art. 11. No procedimento de pesquisa de preços realizado em âmbito municipal, os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, são autoaplicáveis, no que couber, observados as seguintes disposições:

I - no processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, em regra, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, adotados de forma combinada ou não;

II - no processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, em regra, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização, de forma sequencial, dos parâmetros de que trata o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, bem como pela aplicação, no que couber, do disposto no Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013, e na Portaria Interministerial 13.395, de 5 de junho de 2020, ou normas que venham a substituí-los.

§ 1º - Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos para estimativa do valor prévio da contratação, desde que não envolvam recursos da União e seja devidamente justificada nos autos, pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente, a sua adoção.

§ 2º - Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 3º - Os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados serão desconsiderados, mediante prévia e devida motivação da autoridade competente.

Art. 12. Na pesquisa de preço relativa as contratações de prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia ou norma que venha a substituí-la.

CAPÍTULO VII DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 13. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, assim consideradas aquelas cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, adotando-se como parâmetro normativo para a elaboração do programa e sua implementação, no que couber, o disposto no Capítulo IV do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015, ou norma que venha a substituí-lo.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 9 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

Parágrafo único. Decorrido o prazo de 6 (seis) meses indicado no caput sem o início da implantação de programa de integridade, o contrato será rescindido pela Administração, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas em função de inadimplemento de obrigação contratual, observado o contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO VIII DAS POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Art. 14. Nas licitações para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o edital poderá, a critério da autoridade que o expedir, exigir que até 5% da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, ou oriundos ou egressos do sistema prisional, permitida a exigência cumulativa no mesmo instrumento convocatório.

Art. 15. Nas licitações municipais não se preverá a margem de preferência referida no art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO IX DO LEILÃO

Art. 16. Nas licitações realizadas na modalidade leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:

I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados, que deverá ser feita com base nos seus preços de mercado, a partir da qual serão fixados os valores mínimos para arrematação;

II - contratação de um leiloeiro oficial para conduzir o certame, por meio de credenciamento, com adoção de sorteio como critério de classificação. As comissões a serem cobradas serão padronizadas pela administração no edital de credenciamento, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão;

III - elaboração do edital de abertura da licitação contendo informações previstas no § 2º do art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - realização da sessão pública em que serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores dos lotes licitados.

§ 1º - O edital não deverá exigir a comprovação de requisitos de habilitação ou registro cadastral prévio por parte dos licitantes.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 10 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 2º - A sessão pública poderá ser realizada eletronicamente, por meio de plataforma que assegure a integridade dos dados e informações e a confiabilidade dos atos nela praticados.

CAPÍTULO X DO CICLO DE VIDA DO OBJETO LICITADO

Art. 17. Desde que objetivamente mensuráveis, fatores vinculados ao ciclo de vida do objeto licitado, tais como custos indiretos, despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio para a Administração Pública Municipal.

§ 1º - A modelagem de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto, deve ser considerada ainda na fase de planejamento da contratação, a partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

§ 2º - Na estimativa de despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, poderão ser utilizados parâmetros diversos, tais como históricos de contratos anteriores, séries estatísticas disponíveis, informações constantes de publicações especializadas, métodos de cálculo usualmente aceitos ou eventualmente previstos em legislação, trabalhos técnicos e acadêmicos, dentre outros.

CAPÍTULO XI DO JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Art. 18. Para o julgamento por técnica e preço, deverá ser observado o disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XII DA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO

Art. 19. O processo de gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado no Município deve ter em conta aspectos como adaptabilidade, reputação, suporte, confiança, a usabilidade e considerar ainda a relação custo-benefício, devendo a contratação de licenças ser alinhada as reais necessidades do Município com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.

Parágrafo único. Em âmbito municipal, a programação estratégica de contratações de software de uso disseminado no Município deve observar, no que



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 11 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

cober, legislação local específica e, em caso de omissão, o disposto no Capítulo II da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, bem como, no que couber, a redação atual da Portaria nº 778, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia ou normas que venham a substituí-las.

CAPÍTULO XIII DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 20. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observado o disposto no § 3º deste artigo;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, observado o disposto no art. 13, parte final, deste Decreto.

§ 1º - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º - As regras previstas no *caput* deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. ✓

§ 3º - Para fins de comprovação do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, poderão ser consideradas no edital de licitação, desde que comprovadamente implementadas, políticas internas tais como programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 12 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

empresas, inclusive ações educativas, distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos, dentre outras.

CAPÍTULO XIV DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS MAIS VANTAJOSOS

Art. 21. Definido o resultado do julgamento, a Administração Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

Parágrafo único: A negociação será conduzida, conforme o caso, por Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, que poderá oferecer contraproposta ao licitante e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

CAPÍTULO XV DA HABILITAÇÃO

Art. 22. Em relação à fase de habilitação, será observado o disposto nos arts. 63 a 70 da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, devendo a autoridade competente definir no edital os requisitos de habilitação dos licitantes conforme prévia e motivada justificativa constante no respectivo processo licitatório.

Art. 23. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 10 de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 1º - Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel. A autenticação eletrônica deverá ser encaminhada pelo licitante juntamente com a chave de autenticação que permite a consulta ao documento original eletronicamente.

§ 2º - Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto a autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Art. 24. Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 13 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

O profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como, por exemplo, termo de contrato ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível com o licitado, desde que, em qualquer caso, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação realize diligência para confirmar tais informações.

Art. 25. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

CAPÍTULO XVI

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS

Art. 26. Para efeito de participação de empresas estrangeiras nas licitações municipais, observar-se-á a legislação local específica e, em caso de omissão, no que couber e quando previsto em edital, o disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Durante a fase de habilitação as empresas estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes aos solicitados em edital para as empresas nacionais acrescidos de prova de cumprimento da legislação brasileira relativa à autorização para funcionamento no País (somente para empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil), mediante apresentação de Decreto de Autorização e ata de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

CAPÍTULO XVII

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 27. Em âmbito municipal é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia e nos casos de contratação direta, desde que observado o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e neste Capítulo.

Art. 28. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência. ✓

§ 1º - Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 14 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 2º - O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

Art. 29. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, deverá divulgar aviso de Intenção de Registro de Preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º - O procedimento previsto no *caput* poderá ser dispensado mediante justificativa, quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º - Cabe ao órgão ou entidade promotora da licitação analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

§ 3º Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

Art. 30. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Art. 31. A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 32. Sem prejuízo do disposto em legislação municipal específica, o registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado; ou,
- IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do *caput* será formalizado por despacho fundamentado.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 15 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

Art. 33. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou apedido do fornecedor.

Parágrafo único. Para formalização de Ata de Registro de Pregos, o valor de referência dos itens licitados será obtido através de ampla pesquisa de mercado e seleção das cotações, descartando as que apresentarem valores discrepantes aos demais.

CAPÍTULO XVIII DO CREDENCIAMENTO

Art. 34. O credenciamento poderá ser utilizado quando a Administração Municipal pretender formar uma rede de prestadores de serviços ou fornecedores de bens, pessoas físicas ou jurídicas e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

Parágrafo único. O credenciamento será regido por edital de chamamento público, a ser publicado no Diário Oficial do Município, atendendo aos prazos:

- a) Mínimo de 08 (oito) dias úteis entre a data de publicação até a data de recebimento dos documentos, para chamamentos voltados a credenciamento;
- b) 15 (quinze) dias úteis para chamamentos cujo objetivo seja a contratação/seleção de projetos;

CAPÍTULO XIX DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 35. Adotar-se-á, em âmbito municipal, o Procedimento de Manifestação de Interesse observando-se a legislação local específica e, em caso de omissão, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 8.428, de 02 de abril de 2015.

CAPÍTULO XX DO REGISTRO CADASTRAL

Art. 36. Até que as funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previstas no art. 87 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estejam ativas, o sistema de registro cadastral de fornecedores do Município será regido por legislação local específica e, em caso de omissão, pelo disposto na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 16 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

Parágrafo único. O sistema de registro cadastral de que trata o *caput* deste artigo será público, deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, sendo obrigatória a realização de chamamento público pela internet, no mínimo anualmente, para atualização dos registros existentes e para ingresso de novos interessados.

CAPÍTULO XXI DO CONTRATO NA FORMA ELETRÔNICA

Art. 37. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os contratados poderão adotar a forma eletrônica.

§ 1º - Com a implantação do sistema de Gestão de processos eletrônicos do município, os contratos e termos aditivos provenientes de processos eletrônicos serão formalizados por meio de assinatura digital no sistema de processos eletrônicos ou outro indicado pela administração.

§ 2º - Os contratos e termos aditivos oriundos de processos físicos, poderão ser formalizados de forma eletrônica ou física, de acordo com as necessidades da municipalidade.

§ 3º - Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

§ 4º - Os contratos celebrados com esta Administração terão como foro para dirimir quaisquer dúvidas o município de Quatá, salvo as hipóteses previstas nos incisos do art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXII DA SUBCONTRATAÇÃO

Art. 38. A possibilidade de subcontratação, se for o caso, deve ser expressamente prevista no edital ou no instrumento de contratação direta, contrato ou instrumento equivalente, o qual deve, ainda, informar o percentual máximo permitido para subcontratação.

§ 1º - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, vindo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 17 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 2º - No caso da contratação direta, por inexigibilidade, de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 3º - É vedada cláusula que permita a subcontratação da parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratada, com características semelhantes.

§ 4º - No caso de fornecimento de bens, a indicação de produtos que não sejam de fabricação própria não deve ser considerada subcontratação.

CAPÍTULO XXIII DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Art. 39. O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado do término da execução, com recebimento pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, com recebimento por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, com recebimento pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

b) definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado, com recebimento por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 18 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 1º - O edital ou o instrumento de contratação direta ou, se o caso, o contrato ou instrumento equivalente, poderá prever apenas o recebimento definitivo, podendo ser dispensado o recebimento provisório de gêneros perecíveis e alimentação preparada, objetos de pequeno valor, ou demais contratações que não apresentem riscos consideráveis à Administração.

§ 2º - Para os fins do parágrafo anterior, consideram-se objetos de pequeno valor aqueles enquadráveis nos incisos I e II do art.73 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XXIV DAS SANCÕES

Art. 40. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada; no caso da Administração Municipal Indireta as penalidades serão aplicadas pela autoridade máxima da respectiva entidade.

§ 1º - A porcentagem a incidir sobre o valor homologado ao licitante que descumprir o compromisso fixado no instrumento convocatório, em todo ou em parte, será prevista expressamente em edital, variando conforme § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

§ 2º - A penalidade de impedimento de licitar e contratar, será aplicada motivada e justificadamente pelo Secretário da pasta interessada, diante do cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/21. Cabe aos gestores dos contratos a apuração das infrações e a sua notificação nos autos para subsidiar a decisão do Secretário, em consonância com a instauração de processo de responsabilização previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/21.

§ 3º - Conforme art. 157 da Lei nº 14.133/21 após a notificação da aplicação de sanção de multa o infrator poderá apresentar sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Após concluídos os trâmites do processo de responsabilização a Administração fará a inclusão das penalidades aplicáveis no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º - Cabe aos gestores dos contratos a computação das penalidades aplicadas e a apuração de danos ao funcionamento dos serviços públicos, para promover a soma das sanções por empresa, mesmo que de contratos diferentes para que instaurado processo de responsabilização possa ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 19 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

CAPÍTULO XXV DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

Art. 41. Em âmbito municipal, enquanto não for efetivamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a que se refere o Artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, a divulgação dos atos será promovida da seguinte forma:

I - publicação em diário oficial das informações que a Lei Federal nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial e Portal Transparência da Prefeitura, admitida de extrato;

II - não haverá prejuízo à realização de licitações ou procedimentos de contratação direta ante a ausência das informações previstas nos §§ 2º e 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo o Município adotar as funcionalidades atualmente disponibilizadas pelo Governo Federal, no que couber, nos termos deste Decreto;

III - as contratações eletrônicas serão realizadas por meio de sistema eletrônico integrado plataforma de operacionalização das modalidades de transferências voluntárias do Governo Federal, nos termos do art. 5º, § 2º, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

IV - nas licitações eletrônicas realizadas pelo Município regidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou o modo aberto e fechado, a ser definido no instrumento convocatório. A Administração utilizará Plataforma de Pregão Eletrônico que melhor atenda as necessidades da municipalidade.

V - a fim de dinamizar a etapa de lances nos pregões a municipalidade definirá no instrumento convocatório o intervalo mínimo entre lances, conforme o objeto e o valor estimado.

CAPÍTULO XXVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. A Secretaria de Administração poderá editar normas complementares ao disposto neste Decreto e disponibilizar informações adicionais em meio eletrônico, inclusive modelos de documentos necessários a contratação.

Art. 43. A Administração Pública Municipal de Quatá poderá optar por licitar ou contratar diretamente com fundamento na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e respectivos regulamentos, desde que a opção seja formalmente indicada no processo administrativo e aprovada pela autoridade competente, até o dia 19 de novembro de 2023.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 20 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

§ 1º - Na hipótese de que trata o "caput" deste artigo, a legislação aplicada regerá a contratação durante toda sua vigência, vedada a combinação com a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º - Após realizada a opção de que trata este artigo e ainda durante a fase preparatória, é possível que a autoridade competente, justificadamente, decida pela realização da licitação ou contratação com fundamento na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que sejam observados todos os seus requisitos.

§ 3º - As atas de registro de preços resultantes de licitações em que tenha ocorrido a opção de que trata o *caput* deste artigo poderão ser utilizadas durante o prazo de sua vigência, observado o limite legal de 1 (um) ano, sendo possível celebrar contratações, conforme estabelecido no respectivo instrumento convocatório.

§ 4º - As contratações decorrentes de processo de credenciamento realizado com fundamento no artigo 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e precedidas da opção de que trata o *caput* deste artigo poderão ser celebradas durante o prazo de validade do credenciamento, até 30 de dezembro de 2023.

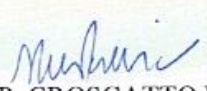
Art. 44. Em razão do disposto no art. 43 do presente Decreto, fica alterada a data do início da vigência dos Decretos Municipais 4.739, de 08 de março de 2023 e 4.740, de 08 de março de 2023 para a data de 20 de novembro de 2023.

Art. 45. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Quatá, em 17 de junho de 2023.

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Quatá, na da supra.


FÁTIMA AP. CROSCATTO L. PEREIRA
Secretária Administrativa



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 21 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

DECRETO N.º 4.874 DE 23 DE OUTUBRO DE 2.023.

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO, Prefeito Municipal de Quatá,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º – Fica Homologado o resultado final do PROCESSO SELETIVO n.º 02/2023 da Prefeitura Municipal de Quatá, para as funções de Agente de Apoio Pedagógico, Enfermeiro, Enfermeiro PSF, Monitor de Transporte Escolar, Procurador Jurídico, Professor PEB I, Professor PEB II – Artes, Professor PEB II – Educação Física – Educação, Professor PEB II – Educação Física – Esporte, Professor PEB II – Inglês, Técnico de Enfermagem, Técnico de Enfermagem PSF, Visitador e Professor PEB II – Educação Física – Esporte - PCD, conforme relação abaixo:

AGENTE DE APOIO PEDAGÓGICO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	66,67	BEATRIZ PEREIRA GONCALVES	20321
2º	63,33	JULIO CESAR GOMES	20155
3º	56,67	SAMARA SANTOS DA SILVA	20816
4º	53,33	PATRICIA REGINA SOUZA INACIO	20185
5º	53,33	EMILY LARA DA SILVA	20434
6º	53,33	JHONATHAN RAMON DE OLIVEIRA	20503
7º	50,00	INGRID OHANA CONSTANTINO RODRIGUES	20270
8º	50,00	DAYANE DE FATIMA MATHIAS D AURELIO	20749
9º	50,00	GISELE TEIXEIRA ALVES	20331
10º	50,00	ISABELA MARIA ALMEIDA SILVERIO	20200
11º	50,00	DENNER EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA	20220

ENFERMEIRO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	53,33	JESSYCA DE BARROS MOREIRA	20299

ENFERMEIRO PSF

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	56,67	RAFAELA LACERDA PAIAO DE OLIVEIRA	20138



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 22 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	66,67	LUCIANO DE OL. COSTA JUNIOR	20391
2º	66,67	BRUNO MOTA BEZERRA	20427
3º	56,67	JESSICA RODRIGUES PEREIRA	20128
4º	53,33	REBECA SANTOS DE PADUA	20788
5º	53,33	MICHELY MARIA APOLINARIO	20363
6º	50,00	SOFIA VIRG.ESSENCIO XAVIER	20394
7º	50,00	MAURI SERGIO R. ALVES JUNIOR	20315
8º	50,00	JESSICA V. BERTHO DOS SANTOS	20159
9º	50,00	MARIANE MARCELLO	20324

PROCURADOR JURÍDICO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	80,83	BRUNA JULIANA RODRIGUES LODRON	20178
2º	77,50	RODRIGO APARECIDO SENO	20633
3º	74,17	RONALDO BLECHA VEIGA	20685
4º	71,67	GEAN CLAUDIO ARAUJO	20557
5º	71,67	LUIZ ANTONIO RAMAO JUNIOR	20289
6º	71,17	MATHEUS S. DE OLIVEIRA CERKUNVIS	20451
7º	67,83	LUIS FERNANDO PERES BOTAN	20458
8º	67,83	MARIANA SAMPAIO BASSI JANEGITZ	20538
9º	66,67	HELOISA ROMAGNOLI GOES	20352
10º	63,33	ROSANE CRISTINA LEMES	20721
11º	63,33	GUILHERME H. ALVES PERNOMIAN	20642
12º	60,00	CAROLINY NEGRAO DA COSTA	20198
13º	59,17	JEAN CARLOS GOMES	20783
14º	57,50	JOAO VITO CARONE RAMALHO	20623
15º	54,50	CLAUDIO LUCAS RODRIGUES PLACI	20327

PROFESSOR PEB I

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	72,00	ANA PAULA INACIO DOS SANTOS	20362
2º	72,00	JESSICA AUGUSTA DO NASCIMENTO	20636
3º	68,67	ALINE CRISTINA DA S.A. SERODIO	20762
4º	65,33	DEISE FREITAS DA SILVEIRA	20579
5º	65,33	VANESSA VANZELLA GOMES	20649
6º	65,33	ALINE APARECIDA DOURADO	20442
7º	63,33	DEISE CRISTIANE ROSA OLIVEIRA	20405
8º	62,00	IZIS DE ARAUJO RODRIGUES	20397



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 23 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

9º	62,00	ANA PAULA BEZERRA MIRANDA	20551
10º	62,00	ALINE CORREA DE OLIVEIRA	20183
11º	62,00	LEANDRO CUSTODIO DE SOUZA	20380
12º	62,00	FRANCIELE DOS SANTOS GOMES	20318
13º	62,00	BRUNA JHASSY SILVA DINIZ	20311
14º	60,00	VANESSA KELLI RODRIGUES	20751
15º	58,67	KATIA REGINA DOS S. BONFIM MARQUES	20707
16º	58,67	PRISCILA K. PEDRO CECCHETTI DE SOUZA	20666
17º	58,67	ELAINE APARECIDA BUGANZA DE SOUZA	20237
18º	58,67	ROSICLEA FRANÇA ALVES DA SILVA	20371
19º	58,67	BIANCA RAMOS BATISTA	20608
20º	58,67	PAULA MARIA F.DE SOUZA LIMA	20755
21º	58,67	SILVANA CARVALHO ROMANO	20554
22º	56,67	NAIARA PEREIRA DA SILVA	20028
23º	55,33	EDUARDA SILVA RIBEIRO TARGINO	20078
24º	55,33	DALILA DE OLIVEIRA SILVA	20679
25º	55,33	ALINE STEPANAVISCIUS FIAIS BRAZ	20552
26º	55,33	ROSELI MARIA DA COSTA GONCALVES	20319
27º	55,33	TANIA SILENE ALVES QUEIROZ	20376
28º	55,33	ANDREIA DA C. PEREIRA LIMA DA SILVA	20612
29º	55,33	ERICA DA CRUZ SALES CUNHA	20256
30º	55,33	JULIANA CARVALHO	20381
31º	53,33	MIRIAN DA GLORIA B. DA S. NASCIMENTO	20674
32º	53,33	ELZA APARECIDA DO CARMO FELIX	20528
33º	53,33	PAMELA AP. NUNES S.SANTOS FERREIRA	20436
34º	53,33	VICTORIA M.DE FREITAS DAVI RONCONE	20730
35º	52,00	ANA MARIA CORREA DOS SANTOS	20546
36º	52,00	ZILDA APARECIDA DE LIMA OLIVEIRA	20617
37º	52,00	CAROLINE BUSQUETE ALVES	20249
38º	52,00	ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS	20047
39º	52,00	CARMEN HELENA DE MELO	20344
40º	52,00	MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS	20366
41º	52,00	SILVIA DE SOUZA	20070
42º	52,00	MARIA LUCIA FRIZANCO NEVES	20257
43º	52,00	ADRIANA IRENE SILVA ANDRADE	20396
44º	52,00	MIRIELEM APARECIDA BASSIQUETTE	20728
45º	52,00	KARLA CRISTINA BEITUM	20086
46º	50,00	RENATA MARIA DOURADO	20076
47º	50,00	JESSICA RIBEIRO MESSIAS DE ANDRADE	20637
48º	50,00	MILTON ALVES MOREIRA JUNIOR	20793
49º	50,00	CAMILA ANDRE DE SOUZA	20041
50º	50,00	TAINA AP. FIM RODRIGUES SILVA	20803
51º	50,00	ERZIA ALVES DOS SANTOS ROMEIRO	20553
52º	50,00	IZYS ANDRADE MARQUES	20709



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 24 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

PROFESSOR PEB II - ARTES

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	58,67	JULIANA JESUS DA SILVA DE LIMA	20719
2º	58,67	GIOVANNA DOURADO SILVA	20014
3º	56,67	LIDIANE CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS	20702
4º	52,00	JULIANA CARDOSO DA SILVA BARBOSA	20077
5º	50,00	JESSICA LUANA XAVIER LOURENCO	20336

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	68,67	MICHELLY APARECIDA DA COSTA DUTRA	20355
2º	63,33	VANDER BARBOSA DA SILVA	20294
3º	58,67	RICARDO AVALOS DE OLIVEIRA	20521
4º	58,67	VIVIANE CRISTINA DE AZEVEDO	20577
5º	56,67	DAVI DONIZETE DE OLIVEIRA	20699
6º	55,33	SEBASTIAO ALVINO DE AGUIAR PESSOA	20754
7º	53,33	ANA CAROLINA MARCELINO	20153
8º	53,33	RENAN SPORNRAFT OLIVEIRA	20046
9º	53,33	DAIANY RIBEIRO MENDONCA	20290
10º	50,00	DIEGO SILVA SALLES	20818

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA - ESPORTE

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	50,00	MATHEUS AUGUSTO BIGESCHI NUCCI - PCD	20322

PROFESSOR PEB II - INGLÊS

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	50,00	SUELLEN DE OLIVEIRA SOUZA	20165

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	50,00	ANA PAULA DE ARAUJO ALVES SILVA	20651
2º	50,00	ELISANGELA RODRIGUES	20020
3º	50,00	BEATRIZ DE ALMEIDA	20386



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 25 de 29



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

C.N.P.J. (MF) 44.547.313/0001-30

TÉCNICO DE ENFERMAGEM PSF

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	56,67	GABRIELA FERREIRA JACINTO	20037
2º	50,00	MARIA ARLETE FONSECA SANCHES	20190
3º	50,00	THAIS DE SOUSA SANTOS	20742
4º	50,00	BEATRIZ DE ALMEIDA	20388
5º	50,00	LAIZA AP SILVA DOS SANTOS	20100

VISITADOR

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	53,33	JOSE RICARDO A. DE OLIVEIRA ANDRÉ	20095
2º	50,00	LUANA RAMALHO DE CARVALHO AFONSO	20639

PROFESSOR PEB II - EDUCAÇÃO FÍSICA - ESPORTE - (PCD)

CLASS.	NOTA	NOME	INSCR
1º	50,00	MATHEUS AUGUSTO BIGESCHI NUCCI - PCD	20322

Artigo 2º - Os candidatos aprovados serão convocados, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, conforme relação acima, nos termos dos editais.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Quatá, em 23 de Outubro de 2.023.

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO
Prefeito Municipal

na data supra.

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Quatá,


FÁTIMA AP. CROSCATTO LOPES PEREIRA
Secretária Administrativa



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 26 de 29

Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Quatá, o Pregão Presencial para registro de preços nº. 092/2023, destinado a locação de brinquedos infláveis em eventos municipais.

A abertura dos envelopes será no dia 28/11/2023, às 09h00m.

O Edital Completo estará à disposição dos interessados de segunda à sexta feira, das 09h00m às 11h00m e das 13h às 17h, na Rua General Marcondes Salgado, nº 332, Centro, CEP 19.780-009, Município de Quatá-SP, pelo site oficial do município www.quata.sp.gov.br

Marcelo de Souza Pecchio
Prefeito Municipal

Suspensão

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

EDITAL Nº 100/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 112/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS POR ITEM PARA A FARMACIA MUNICIPAL.

Comunicamos a todos os interessados, que o Pregão Presencial acima citado, está **SUSPENSO**, para adequação do Edital, até ulterior decisão, a qual será publicado através da imprensa oficial, inclusive com a nova data da abertura do processo e outras alterações que se fizerem necessárias.

Quatá-SP, em 06 de novembro de 2023.

Marcelo de Souza Pecchio
Prefeito Municipal

Ratificação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 010/2023

RATIFICAÇÃO

MARCELO DE SOUZA PECCHIO, Prefeito Municipal de Quatá, Estado de São Paulo, no uso das atribuições do seu cargo e com fundamento no Artigo 25, Inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98. **RATIFICA** a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa **TCS BRASIL SERVIÇOS LTDA ME**, para realização de curso de capacitação sobre retenção na fonte com o professor **EDILSON PEREIRA GODOY**, no dia **10 de novembro de 2023**, na Prefeitura Municipal de Quatá, com fundamento no artigo 25, Inciso II, da Lei Federal nº

8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

Quatá, 06 de novembro de 2023.

MARCELO DE SOUZA PECCHIO
Prefeito Municipal

Extrato

MUNICIPIO DE QUATÁ EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 009/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE QUATÁ

OBJETO: REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DE SUBVENÇÃO

DATA ASSINATURA: 11/10/2023

R\$ 30.000,00

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE QUATÁ EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 020/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CENTRO COMUNITÁRIO URBANO PADRE ALFEU PICARDI

OBJETO: REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DE SUBVENÇÃO

DATA ASSINATURA: 22/09/2023

R\$ 70.000,00

TERMO DE FOMENTO Nº 021/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE QUATÁ

OBJETO: REPASSE DE RECURSOS PROVENIENTES DE SUBVENÇÃO

DATA ASSINATURA: 11/10/2023

R\$ 82.000,00

MARCELO DE SOUZA PÉCCHIO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE QUATÁ EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº DE ORDEM 044/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2021

CONTRATO Nº 051/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: R. DE SOUZA ELETRICA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED E OUTROS: RELES, REATORES, BRAÇOS E FIOS NAS RUAS E PRAÇAS LOCALIZADAS NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO

DATA ASSINATURA: 25/08/2023



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 27 de 29

Nº DE ORDEM 045/2023

CONTRATO Nº 057/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: SAJ ADV SISTEMAS S/A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO PARA GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES JURÍDICAS - PROCURADORIA JURÍDICA

DATA ASSINATURA: 18/10/2023

Nº DE ORDEM 047/2023

CONTRATO Nº 051/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: PRODUTO DIGITAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO PARA PROCESSOS DE SECRETARIA E LICENCIAMENTO DE OBRAS

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

MARCELO DE SOUZA PECCHIO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 156/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 079/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº.058/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: NSE- INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 04/10/2023

ATA Nº 157/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 158/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 159/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: INOVAMED HOSPITALAR LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 160/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES

LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 161/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 162/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 163/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: TECHPHARMA HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 164/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 165/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 166/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO

DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 167/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2023



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 28 de 29

PREGÃO ELETRONICO Nº.017/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: COMERCIAL RIFARMA DE
MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO
DATA ASSINATURA: 17/10/2023

ATA Nº 168/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 095/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.073/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E
CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: MATERIAIS ELÉTRICOS DE LED
DATA ASSINATURA: 19/10/2023

ATA Nº 169/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 095/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.073/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: KLARILED ILUMINAÇÃO ENGENHARIA E
CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: MATERIAIS ELÉTRICOS DE LED
DATA ASSINATURA: 19/10/2023

ATA Nº 170/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 095/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.073/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: ANTONIO CARLOS BARCELOS ME
OBJETO: MATERIAIS ELÉTRICOS DE LED
DATA ASSINATURA: 19/10/2023

ATA Nº 171/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 095/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.073/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: P.B. FER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO
LTDA

OBJETO: MATERIAIS ELÉTRICOS DE LED
DATA ASSINATURA: 19/10/2023

ATA Nº 172/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 100/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.078/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: MARCHI METAIS LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATA BURRO
DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 173/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 094/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.072/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: ESPERIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS DE NATAL PARA A
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 174/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 102/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.080/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: ANA CAROLINA DE PAIVA PAVÃO ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA CÃES
DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 175/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.075/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS
LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOROS PARA ATENDIMENTO
AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 176/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.075/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: TRIUNFAL MARILIA COMERCIAL
LIMITADA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOROS PARA ATENDIMENTO
AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 177/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.075/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOROS PARA ATENDIMENTO
AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 178/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.075/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: W.A COMERCIO DE MEDICAMENTOS
LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOROS PARA ATENDIMENTO
AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 179/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 097/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.075/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: CIRURGICA KLG LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOROS PARA ATENDIMENTO
AOS PACIENTES DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

ATA Nº 180/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 098/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº.076/2023
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUATÁ
CONTRATADA: CQC - TECNOLOGIA EM SISTEMAS
DIAGNOSTICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES E LANCETAS
DE ORDEM JUDICIAL



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ

Conforme Lei Municipal nº 3.220, de 05 de dezembro de 2017

Terça-feira, 07 de novembro de 2023

Ano VII | Edição nº 1195

Página 29 de 29

DATA ASSINATURA: 26/10/2023

ATA Nº 181/2023-CIVAP

PROCESSO LICITATÓRIO: 030/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº.004/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CASA DO ASFALTO DISTRIB. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CBUQ - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE

DATA ASSINATURA: 26/10/2023

MARCELO DE SOUZA PECCHIO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 068/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: REVITA ENGENHARIA S.A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES COLETADOS NO MUNICÍPIO DE QUATÁ

DATA ASSINATURA: 03/10/2023

VALOR: R\$ 324.000,00

CONTRATO Nº 069/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: AMANDA MICHAELA SANTOS DA SILVA 41869687809 ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA DESENVOLVER ENFEITES NATALINOS ARTESANAIS

DATA ASSINATURA: 04/10/2023

VALOR: R\$ 4.800,00

CONTRATO Nº 070/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CENTRO COMUNITARIO URBANO PADRE ALFEU PICARDI

OBJETO: "PROJETO PROAQ DE QUATÁ"

DATA ASSINATURA: 25/10/2023

SEM REMUNERAÇÃO

MARCELO DE SOUZA PECCHIO

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE QUATÁ EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº DE ORDEM: 027/2023

TERMO ADITIVO Nº 001/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 009/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2023

CONTRATO Nº 031/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: RAFAEL MARTINS CARDOSO 34696469883 ME

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS E COBERTURAS

DATA: 09/10/2023

ACRESCIMO R\$ 5.000,00

Nº DE ORDEM: 028/2023

TERMO ADITIVO Nº 001/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 015/2023

CONCORRENCIA Nº 001/2023

CONTRATO Nº 046/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CONSTRUTORA GUIMARÃES CARVALHO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SANTA CASA DE QUATÁ/SP

DATA: 09/10/2023

ALTERAÇÃO CRONOGRAMA FISICO/FINANCEIRO

Nº DE ORDEM: 029/2023

TERMO ADITIVO Nº 003/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 016/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022

CONTRATO Nº 021/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: OBRACRI LTDA EPP

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

DATA: 11/10/2023

ACRESCIMO R\$ 125.635,60

Nº DE ORDEM: 030/2023

TERMO ADITIVO Nº 002/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº 108/2022

CONVITE Nº 014/2022

CONTRATO Nº 056/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE QUATÁ

CONTRATADA: CONSOLI & CONSOLI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: FORNECIMENTO DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - FIREWALL (EQUIPAMENTO EM COMODATO), COM OPERAÇÃO CONFIGURAÇÃO, GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E SUPORTE TÉCNICO AOS EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ

DATA: 31/10/2023

ACRESCIMO R\$ 4.200,00

MARCELO DE SOUZA PECCHIO

PREFEITO MUNICIPAL